

Interior

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - FORO CENTRAL DE MARINGÁ - 6ª VARA CÍVEL DE MARINGÁ - PROJUDI - Av. Pedro Taques, 294 - 1º andar - Torre Norte - Ed. Empresarial Átrium - Zona 7 - Maringá/PR - CEP: 87.030-008 - Fone: (44) 3223-0955 - E-mail: sextavaracivelmga@terra.com.br EDITAL DE INTIMAÇÃO DE CREDORES, TERCEIROS E INTERESSADOS COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA HABILITAÇÕES OU DIVERGÊNCIAS, NOS TERMOS DO ART. 52, § 1º DA LEI nº 11.101/2005. RECUPERAÇÃO JUDICIAL RODOMUNK INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REFORMA DE MÁQUINAS LTDA (CNPJ/MF nº 04.335.764/0001-99) E RODOGUINDASTE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REFORMA DE MÁQUINAS LTDA. EIRELI (CNPJ/MF nº 08.377.667/0001-10) O DOUTOR LORIL LEOCÁDIO BUENO JUNIOR, MERITÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DACOMARCA DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, pelo presente edital, expedido conforme o contido no artigo nº 52, §1º, da Lei nº 11.101/2005, que ficam cientes quaisquer credores e eventuais interessados ou prejudicados, que neste Juízo tramitam os autos de nº 0007530-90.2017.8.16.0017, de RECUPERAÇÃO JUDICIAL, ajuizada na data de 04/04/2017, por RODOMUNK INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REFORMA DE MÁQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.335.764/0001-99, com sede à Rua Três, nº 127, Pq. Industrial 200, CEP 87.035-550, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, e, RODOGUINDASTE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REFORMA DE MÁQUINAS LTDA - EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.377.667/0001-10, com sede à Rua Três, nº 127-B, Pq. Industrial 200, CEP 87.035-550, na cidade de Maringá, Estado do Paraná; Informa o PRAZO DE 15 (QUINZE DIAS) para apresentar suas habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados, senecessário, na forma do art. 7º, § 1º da Lei 11.101/2005, junto ao Administrador Judicial MARCIO ROBERTO MARQUES, advogado regularmente inscrito na OAB/PR sob o nº 65.066, fones (44) 3226-2968 / (44) 99712-4544, marcio@marquesadmjudicial.com.br. Ainda, na forma do art. 55 da Lei nº 11.101/2005, os credores terão o PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, contado da publicação da relação de credores de que trata o § 2º do art. 7º da mesma lei, para manifestar ao juiz sua objeção ao Plano de Recuperação Judicial que será apresentado. Tudo em conformidade com o resumo da petição inicial e da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial: RESUMO DA PETIÇÃO INICIAL: RODOMUNK INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REFORMA DE MÁQUINAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.335.764/0001-99, com sede à Rua Três, nº 127, Pq. Industrial 200, CEP 87.035-550, na cidade de Maringá, Estado do Paraná; e RODOGUINDASTE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REFORMA DE MÁQUINAS LTDA. - EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.377.667/0001-10, com sede à Rua Três, nº 127-B, Pq. Industrial 200, CEP 87.035-550, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, declaram compor o grupo econômico da RODOMUNK. A requerente "Rodomunk" iniciou suas atividades em 2001, sendo atualmente considerada referência em tecnologia e segurança, na industrialização, comercialização e reforma de máquinas, equipamentos hidráulicos em geral, bem como na fabricação de implementos rodoviários. Apontou diversos aspectos positivos de seus produtos e certificados técnicos que possui, demonstrando um comprometimento com as normas técnicas de produção, qualidade, tecnologia e meio ambiente. Informa que a comercialização de seus produtos alcança não só o território brasileiro, como também o exterior (países da América do Sul e da África), apresentando seus principais clientes. Já a requerente "Rodoguindaste" foi fundada no ano de 2006, a fim de atender especificamente clientes de pequeno porte que desejavam equipamentos customizados (em pequena quantidade e com configuração forado padrão), contudo, mantendo o mesmo grau de qualidade e seguindo os princípios éticos, sociais e ambientais. O grupo mantém ao todo cerca de 35 colaboradores diretos. As Requerentes afirmam que sofreram com os impactos advindos do ambiente econômico instável que o mercado viveu nos últimos 03 (três) anos, havendo declínio de faturamento. A principal causa da crise financeira são as dificuldades geradas pelo cenário político-econômico-institucional brasileiro, que impactou diretamente na queda brusca das vendas nos últimos anos, obrigando as Requerentes realizarem operações financeiras junto às instituições financeiras, a fim de fomentar sua operação, bem como submetendo-as aos elevados encargos financeiros impostos, o que gradativamente foi corroendo ainda mais sua vitalidade financeira. Coligado a tais fatores (desaquecimento do mercado e aumento nas taxas de juros), as Requerentes ainda experimentaram um alto índice de inadimplência em relação as vendas realizadas, culminando num agravamento ainda maior de sua crise financeira. Pretendem as Requerentes romper esse ciclo, a fim de que o passivo existente seja estancado pela recuperação judicial, permitindo que os recursos atualmente utilizados para amortização do passivo sejam redirecionados para a aquisição de insumos/mercadorias para alavancar a produção, evitando a deterioração do patrimônio da empresa. Com essas medidas as Requerentes acreditam que conseguirão superar a crise, restabelecendo o capital de giro e voltando a amortizar a dívida, a qual deverá ser reestruturada por meio da aprovação do plano de recuperação que será apresentado em momento oportuno. Confiando em sua viabilidade, as Requerentes entendem que o deferimento do processamento da recuperação judicial apresenta-se como a única medida capaz de garantir a preservação das empresas e evitar a falência. Que estão preenchidos os requisitos legais para concessão da medida. Finalmente requerer o deferimento do processamento do pedido de Recuperação Judicial, na forma do artigo 52 da Lei nº

11.101/2005. Foi dada à causa, o valor de R\$ 15.012.497,47 (quinze milhões, doze mil, quatrocentos e noventa e sete reais e quarenta e sete centavos). RESUMO DA DECISÃO QUE DEFERIU O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL (Mov. 13): I - Narra a parte requerente, em síntese, que vem passando por crise financeira, embora passageira, tem inviabilizado a continuidade de sua atividade econômica. Diante disso, não resta alternativa não pleitear a recuperação judicial, visando dar viabilidade ao negócio que opera há mais de 10 anos e possibilitar o restabelecimento de sua saúde financeira. A Lei nº 11.101/2005 prevê, em seu art. 47, o objetivo da recuperação judicial (...). Ou seja, com o objetivo de propiciar a continuidade da atividade empresarial, a recuperação judicial auxilia na superação da situação de crise. O art. 48 da Lei nº 11.101/2005 enumera, quais são as sociedades empresárias legitimadas a pedir a recuperação judicial. Conforme as certidões simplificadas de seqs. 1.6 e 1.7, as empresas autoras exercem suas atividades há mais de 02 anos. As demais hipóteses, elencadas nos incisos I a IV do dispositivo epígráfico, encontram-se demonstradas pelos documentos elencados nos seqs. 1.8/1.12. Assim, legítima é a sociedade empresária requerente para a propositura da presente recuperação judicial. O art. 51 da LRJ, por sua vez, estabelece os requisitos da petição inicial, bem como quais documentos devem instruir o pedido. O requisito versado no inciso I está transcrito no corpo da petição inicial (exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira). As demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais (inciso II) estão nos seqs. 1.13/1.22. As relações dos credores (inciso III) estão acostadas aos seqs. 1.49/1.56. A relação integral dos empregados (inciso IV) está acostada à seq. 1.57/1.58. As certidões elencadas no inciso V estão nos seqs. 1.23/1.24 e 1.4/1.5. A relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores (inc. VI) está nos seqs. 1.25/1.27. Os extratos bancários (inciso VII) estão nos seqs. 1.59/1.67. As certidões dos cartórios (inciso VIII) estão encartadas nos seqs. 1.28/1.37. A relação das ações judiciais ajuizadas contra a parte autora (inc. IX) está nas seqs. 1.38/1.48. Ante o exposto, presentes os pressupostos dos arts. 48 e 51, defiro o processamento da recuperação judicial, nos termos do artigo 52. II - Nomeio como administrador judicial, independente de termo de compromisso, o Dr. MARCIO R. MARQUES. Intime-se o administrador nomeado (por e-mail ou telefone) para dizer se aceita o encargo, bem como, em aceitando, para habilitar-se nos autos em 05 dias. O administrador fica ciente das atribuições que a lei lhe impõe, contidas nos artigos 22e 64 da Lei 11.101/2005. Deve o administrador judicial informar ao Juízo a situação da pessoa empresária recuperanda em até 30 (trinta) dias, para fins do art. 22, II, "a" (primeira parte) e "c", da LRJ. Caso seja necessária a contratação de auxiliares (contador, administrador etc.), deverá apresentar o contrato no prazo acima indicado. III - Dispensar a apresentação de certidões negativas para que a pessoa empresária recuperanda exerça suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, devendo ser observada a determinação contida no art. 69 e conforme determina o art. 52, II, da LRJ. IV - Determino a suspensão de todas as ações ou execuções movidas contra a requerente, por 180 dias, na forma do art. 6º, §4º. As referidas ações devem permanecer no Juízo onde se processam. A suspensão, porém, não abrange as execuções fiscais e aquelas ações cujo crédito não esteja sujeito aos efeitos da recuperação judicial (art. 6º, § 2º e 7º, e art. 49, § 4º). As ações propostas contra as requerentes deverão ser comunicadas a este Juízo, quando do recebimento da petição inicial e pelas próprias recuperandas, imediatamente após a citação. V - Determino que as requerentes apresentem contas demonstrativas mensais (até o 10º dia de cada mês), enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores (art. 52, IV). VI - Expeça-se o edital a que alude o art. 52, § 1º, da LRJ, devendo constar: "I O resumo do pedido do devedor e da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial; II A relação nominal dos credores, em que se discrimine o valor atualizado e a classificação de cada crédito; III A advertência acerca dos prazos para habilitação dos créditos, na forma do art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005 (os credores terão o prazo de 15 dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados), e para que os credores apresentem objeção ao plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor nos termos do art. 55 da Lei nº 11.101/2005 (qualquer credor poderá manifestar ao juiz sua objeção ao plano de recuperação judicial no prazo de 30 dias contado da publicação da relação de credores de que trata o § 2º do art. 7º da Lei nº 11.101/2005)." As recuperandas deverão comprovar, no prazo de 10 dias (a partir de quando intimadas pelo cartório de que o edital está pronto), a publicação do edital no DJe e também no jornal local denominado "O Diário" (jornal de maior circulação na cidade de Maringá), preferencialmente em edição de domingo. VII - Intime-se as recuperandas para apresentarem, no prazo improrrogável de 60 dias, a conta da intimação desta decisão, plano de recuperação judicial, sob pena de convalidação em falência. O plano, segundo prevê o art. 53, incisos I a III, deverá conter: "I discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a ser empregados, conforme o art. 50 desta Lei, e seu resumo; II demonstração de sua viabilidade econômica; e III laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada." Saliento que o plano de recuperação judicial (art. 54): a) não poderá prever prazo superior a 1 (um) ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial; b) não poderá, ainda, prever prazo superior a 30 (trinta) dias para o pagamento, até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial. Com a juntada, deverá o cartório, independente de conclusão, expedir aviso aos credores sobre o recebimento do plano de recuperação, com prazo de 30 dias para eventuais objeções, conforme art. 53, parágrafo único e art. 55 da LRJ. VIII - Os credores devem apresentar, no prazo de 15 dias, suas habilitações ou divergências

quanto aos créditos relacionados (art. 7º § 1º). Além disso, terão o prazo de 30 dias para apresentarem objeção ao plano de recuperação judicial a ser apresentado pelas recuperandas. Decorrido o prazo de 15 dias supramencionado, deve o administrador judicial, no prazo de 45 dias, publicar o edital mencionado no art. 7º, § 2º. No prazo de 10 dias, as pessoas mencionadas no art. 8º poderão apresentar impugnação contra a relação dos credores, que deverá ser autuada em separado. IX - Quanto ao pedido de declaração de imprescindibilidade dos bens móveis (veículos e maquinários), a Lei nº 11.101/2005 prevê, em seu art. 49, § 3º (...). Nestes termos, indefiro o pedido de manutenção na posse dos bens alienados fiduciariamente. X - Quanto aos pedidos de protestos e restrições de crédito, tem-se que a Lei nº 11.101/2005 prevê: "Art. 59. O plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores ao pedido, e obriga o devedor e todos os credores a ele sujeitos, sem prejuízo das garantias, observado o disposto no § 1º do art. 50 desta Lei." Assim, somente depois de aprovado o plano de recuperação judicial é que ocorrerá a novação dos créditos. E mais, o deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial não impede o protesto dos títulos a ela sujeitos e nem tem como consequência a determinação de contraordem indiscriminadamente a todos os cheques já emitidos pela pessoa empresária recuperanda de forma automática. XII - Demais providências: a) Saliente que, obrigatoriamente, em todos os atos, contratos e documentos firmados pela parte autora deverá constar seu nome como RODOMUNK INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REFORMA DE MÁQUINAS LTDA "EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL" ou RODOGUINDASTE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REFORMA DE MÁQUINAS LTDA. - EIRELI "EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL", conforme determina o art. 69 da lei em comento. (...). b) Expeça-se ofício à Junta Comercial do Paraná para registrar a alteração nominal. c) Fiquem cientes as recuperandas que, a partir de 04.04.2017 (distribuição do pedido de recuperação judicial), não podem e não poderão alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo permanente, salvo evidente utilidade reconhecida pelo Juiz, depois de ouvido o Comitê, com exceção daqueles previamente relacionados no plano de recuperação judicial, sob pena de destituição prevista no art. 64, parágrafo único, o que deverá contar com acompanhamento acurado do administrador judicial, tudo conforme art. 66 da Lei nº 11.101/2005. Ficam igualmente cientes de que não poderão desistir do pedido de recuperação judicial após esta decisão, salvo se obtiverem aprovação da desistência na assembleia geral de credores, conforme art. 52, § 4º. d) Comunique-se a Fazenda Pública Federal, a Fazenda Pública do Estado do Paraná e a do Município de Maringá. (...). Intimem-se as requerentes e dê-se ciência ao Ministério Público. RELAÇÃO DE CREDORES RODOMUNK INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REFORMA DE MÁQUINAS LTDA: CLASSE I TRABALHISTA: Cesar Augusto Candiani Machado - R\$ 2.178,72; Fabio Jose Wolf Neves R\$ 1.439,74; Helio Garcia Brasilino R\$ 1.342,88; Ivanil Paes R\$ 858,07; Paulo Henrique Mendes dos Santos R\$ 1.122,58; Tiago Noguti da Silva R\$ 251,56; Wanderley Pereira de Carvalho R\$ 1.001,93. CLASSE II GARANTIA REAL: Banco do Brasil S.A R\$ 2.705.429,29; Banco Bradesco S.A R\$ 219.017,73; Caixa Econômica Federal R\$ 635.942,86; Itaú Unibanco S.A R\$ 1.343.024,96; Banco Safra S.A R\$ 200.896,83; Carlos Antônio Borsolan Gaspar/José Aleixo Gaspar R\$ 506.486,52; HDLG Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial R\$ 668.245,31; Metalúrgica Anastácio Ltda-ME R\$ 388.862,20. CLASSE III - QUIROGRAFÁRIOS GERAIS: Abal Indústria Metalúrgica Ltda R\$ 43.181,19; AC Metal Fundição Ltda R\$ 16.054,92; Açobarra Comércio de Ferro e Aço Ltda R\$ 4.819,77; Aço-Import Comércio de Produtos Siderúrgicos Ltda R\$ 20.733,44; Aços Favorit Distribuidora Ltda R\$ 1.214.680,95; Aços Trefita Ltda R\$ 8.092,14; Açotubo Indústria e Comércio Ltda R\$ 18.737,48; Agel Anéis e Gaxetas Equipamentos Ltda R\$ 25.613,65; Air Liquide Brasil Ltda R\$ 38.269,08; Aliança Transporte e Logística Ltda R\$ 1.332,97; Alzeiro Rosa Neto R\$ 10.000,00; Ancel Tecnologia em Compostos Ltda R\$ 3.538,98; Associação Comercial e Empresarial de Maringá-ACIM R\$ 119,50; Banco do Brasil S.A R\$ 1.063.923,39; Banco Santander Brasil S.A R\$ 98.414,15; Belenus do Brasil S.A R\$ 1.279,60; Bel-Export Ltda R\$ 5.212,88; Benafer S.A R\$ 75.161,28; Brasilux Tintas Técnicas Ltda R\$ 17.645,44; Caixa Econômica Federal R\$ 1.803.313,13; Casa do Soldador Ltda R\$ 333.137,72; Cetem-Centro Tecnológico Mecânico Ltda R\$ 1.175,00; Comercial de Ferragens Cofebral Ltda R\$ 2.761,20; Comércio de Veículos Kinpai Ltda R\$ 2.129,25; Construtora Matos Teixeira Ltda R\$ 29.000,00; Coopercard Administradora de Cartões Ltda R\$ 1.190,90; CPV Com. Paulista de Ved. Ltda R\$ 4.870,26; Cromoduro Sarandi Ltda R\$ 23.516,21; Disrol Distr., Import. De Rolamentos e Correias Ltda R\$ 1.017,00; Douglas Franco R\$ 6.000,00; Ebersson Sanches R\$ 40.000,00; Embrasil Empresa Brasileira de Segurança Ltda R\$ 976,65; Engcontrol-Automação Ltda R\$ 324,81; Expresso de Prata Cargas Ltda R\$ 2.021,48; Ferrashopping Ferramentas Ltda (Retema) R\$ 244,30; Fratec Abrasivos Ltda R\$ 1.157,63; G10 Auto Posto Ltda R\$ 287,08; Gates Brasil Ind. e Com. Ltda R\$ 26.603,72; Geraldo Pereira de Souza R\$ 2.000,00; Gerdau Aços Longos S.A R\$ 8.539,98; Gopar Indústria de Detergentes e Desinfetantes Ltda R\$ 1.215,00; GRS Comércio de Ferramentas Ltda R\$ 2.525,75; Hidromatic Com. Equip. Para Automação Industrial Ltda R\$ 642,94; Importação e Exportação De Rolamentos Maringá Ltda R\$ 908,00; Interpump Hydraulics Brasil Ind. e Com. de Componentes Hidráulicos Ltda R\$ 375,00; Ipiranga Produtos de Petróleo S.A R\$ 24.264,71; Irineu Fracasse R\$ 16.000,00; ITW Chemical Products Ltda R\$ 1.379,07; Jamef Transportes Ltda R\$ 249,02; João Carlos da Silva R\$ 2.000,00; Maringá Fitas Distribuidora de Fitas e abrasivos Ltda R\$ 1.607,25; Maringá Tecnologia de Ativos Ltda R\$ 40.582,00; Marpa Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda R\$ 17.058,97; Marromil Distribuidora de Materiais Para Construção Ltda R\$ 1.794,62; Martinelli Advocacia Empresarial R\$ 37.744,44; Marvítubos Tubos e Peças Hidráulicas Ltda R\$ 996.040,50; MCL Tubos e Peças Ltda R\$ 2.905,81; Metafais Comércio de Aços e Metais Ltda R\$ 796,08; Metalquip-Indústria Metalúrgica Ltda R\$ 60.346,91; Metalúrgica Curti Ltda R\$ 1.586,54; Metropolitana Ativos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Multisetorial R\$ 359.300,00; Milton José Toniazzi R\$ 5.000,00; Nildo Eletricista Automação R\$ 575,00; Nilson Rorato R\$ 3.000,00; Osper Comércio e Representações Ltda R\$ 15.666,65; Parlock

Indústria e Comércio Ltda R\$ 1.122,89; Pedro Ramos R\$ 75.500,00; Peter Ferter R \$ 2.000,00; Quality Fix do Brasil Ind., Com. e Imp. e Exportação Ltda R\$ 2.103,54; RKM Transportes Ltda R\$ 1.299,84; Roberto Moristica R\$ 15.000,00; Rodonaves Transportes e Encomendas Ltda R\$ 2.285,54; Sauer Danfoss Power Solutions Ind. e Com. Eletrohidráulica Ltda R\$ 15.880,11; Sefa Comercial Ltda R\$ 2.169,14; Sersa Experian S.A R\$ 10.735,66; Sicredi (Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão União Paraná/São Paulo-Sicredi União PR/SP) - R\$ 128.334,66; Simone de Tília Silva R\$ 12.000,00; Sind. Das Ind. Metal Mecânicas e de Mat. Eletr. de Maringá-SINDIMETAL R\$ 950,00; Sul Invest Prospect Securitizadora S.A R \$ 128.503,00; SYL Indústria de Máquinas Comércio Importação Exp. Ltda (Bristol Perfuratrizes e Brocas) R\$ 5.740,01; Syma Computadores Ltda R\$ 210,00; TNT Mercúrio Cargas e Encomendas Expressas Ltda R\$ 184,18; Tomearia Trevo Ltda R\$ 1.547,80; Tubodin Industrial Ltda R\$ 4.070,60; V. Gasparin e Cia Ltda R\$ 315,00; Valter Orceze e Cia Ltda R\$ 1.037,78; Vemag Com. e Representações de Peças Industriais Ltda R\$ 606,84; Via Verdi Veículos Ltda R\$ 1.963,00; Viação Garcia Ltda R\$ 290,57. CLASSE IV - QUIROGRAFÁRIOS ESPECIAIS - EPP / ME / EIRELI: Apendino do Brasil Assistência Técnicas em Máquinas CNC Ltda-ME R\$ 1.270,00; Arten Comercial e Revendedora Ltda-ME R\$ 5.480,00; Atacadão Construir de VR Comércio de Materiais de Construção Ltda-ME R\$ 5.000,00; Benicio Auto Center Ltda-EPP R\$ 390,00; Bozza Transportes de Cargas e Logística Ltda-ME R \$ 4.841,57; Brasil Postes Indústria de Premoldados Ltda-ME R\$ 14.000,00; Carnietto - Suprimentos de Informática Ltda-ME R\$ 500,00; Casa da Caçamba Ltda-EPP R\$ 277,00; Cazanti Telecomunicações Ltda-ME R\$ 2.633,60; Cemec Centro Mecânico Ltda EPP R\$ 3.000,00; Cofec Comércio de Ferramentas de Cortes Ltda ME R\$ 1.525,65; Comércio de Mangueiras Fernandes Ltda-ME R\$ 4.311,00; Construtora Garra S/S Ltda-ME R\$ 37.800,00; CR Almeida-BR Tintas e Revestimentos-ME R\$ 4.501,17; Cromoduro Sarandi Ltda-ME R\$ 15.000,00; Depel Parafusos Ltda-ME R\$ 1.872,50; DM Indústria e Comércio de Ferragens, Ferramentas e Auto Peças Ltda-ME R\$ 2.886,22; Emplaca Indústria e Comércio de Placas Ltda-EPP R\$ 235,50; Emteco Distribuidora de Peças Agrícolas e Indústrias Ltda-EPP R\$ 2.035,00; Escritório Marialva de Contabilidade S/C-ME R\$ 14.693,65; Euroquímica L.M Peixoto e Cia Ltda-ME R\$ 594,00; Extintores Paraná Ltda-ME R\$ 575,00; Fazolo e Santos Serviços Automotivos Ltda-ME R\$ 2.929,15; Fernando Kanarski Serviços Digitais-ME R\$ 7.200,00; Francoso & Francoso Ltda-ME R\$ 930,00; HP Plásticos Valentini & Valentini Ltda-ME R\$ 657,30; Império dos Freios e Fricção Ltda-ME R\$ 180,00; Imsetro Instituto M.A de Medicina e Segurança do Trabalho Ltda-ME 15.925,00; Inacom Indústria e Comércio de Abrasivos Ltda-ME R\$ 384,00; Incomolas-FJ dos Santos Indústria de Molas Eireli R\$ 1.104,70; Inovaseg Equipamentos de Segurança do Trabalho Ltda-EPP R\$ 813,50; IQRDistribuidora de Produtos Químicos Ltda-EPP R\$ 604,63; J.A Telecomunicações Ltda-EPP R\$ 355,80; J. Sgarbosa e Cia Ltda-ME R\$ 3.197,99; Livraria e Papelaria Alfa Ltda-ME R\$ 342,00; Loverdi e Loverdi Ltda-ME R\$ 280,00; M & W Comércio Serviços e Representações Ltda-EPP R\$ 5.000,00; M.M Serviços Ambientais Ltda-EPP R\$ 1.531,34; MAC Revista Agrishow Ramos da Silva Comércio e Serviços Ltda-ME R\$ 1.000,00; Macadi Rolamentos e Correias Ltda-EPP R\$ 148,00; Madeireira JR Ltda-ME R\$ 2.000,00; Marceluz de Queiroz-ME R\$ 10.000,00; Maximus Informática Ltda-ME R\$ 1.205,60; MCL Tubos e Peças Ltda-EPP R\$ 2.905,81; Metal tintas Comércio de Tintas Ltda-ME R\$ 531,07; MF Sanches Ltda-ME R\$ 3.574,20; ML Comércio e Manutenção Eletrônica Industrial Ltda-ME R\$ 1.743,25; Mullplast Indústria e Comércio de Plásticos Ltda-EPP R\$ 1.196,00; Multi Parafusos Comercial de Parafusos e Ferragens Ltda-EPP R \$ 2.211,77; Multinga Fuzzer Reformas (Gisele Vanalli Fuzer de Oliveira EIRELI) R \$ 2.050,19; Muraro Decorações Ltda-ME R\$ 300,00; Osvaldo de Oliveira Teixeira ME-220,00; Poli Indústria e Comércio de Pré Moldados Ltda EPP R\$ 56.900,00; Potável Saneamento Eireli EPP R\$ 1.276,00; Power Tools (V de Andrade Ferramentas ME) R\$ 581,19; PS Bombas Injetoras Ltda ME R\$ 580,21; Rethair Compressores (ERJ Carvalho EPP) R\$ 832,80; RNX Serviços Financeiros e Administrativos Ltda EPP R\$ 3.320,00; Ronan Caetano Rabelo ME R\$ 157.500,00; Sabaudia Auto Vidros Elétrica Ltda ME R\$ 1.304,00; Soldox Tecnologia Industrial Ltda ME R \$ 656,28; Spiber Ltda EPP R\$ 14.460,00; SR Artefatos de Cimento Eireli EPP R\$ 5.000,00; Tabaleyser Alinhamento e Chassi Ltda ME R\$ 2.913,00; Tematec Engenharia Industrial Ltda ME R\$ 650,00; Ter Brasil Equipamentos Hidráulicos Ltda-ME - R\$ 10.048,50; Tork Comércio Peças Automotivas Ltda ME R\$ 24.160,00; Torq Gear Energia Hidráulica Ltda EPP R\$ 4.400,00; Trans Peres Transportes e Logística Ltda ME 15.000,00; Valdemir Pedro da Silva & Cia Ltda ME R\$ 2.300,00; Visual Painéis Ltda EPP R\$ 27.411,02; Vithi Equipamentos Industriais Eireli ME R\$ 25.000,00; VX Seg. Distribuição Equipamentos de Segurança Ltda EPP R\$ 465,00; Wep Express Transporte Eireli ME R\$ 251,22. RELAÇÃO DE CREDORES RODOGUINDASTE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REFORMA DE MÁQUINAS LTDA -EIRELI: CLASSE I TRABALHISTA: Anderson do Prado R\$ 87,11; Anízio Jose Rodrigues R\$ 913,20; Anódes Pedro Rota R\$ 966,83; Edson Pereira Barbosa R \$ 1.158,37; Fabrício Bruneri R\$ 2.461,99; Jonas Jose da Silva R\$ 1.530,44; José Marcio Lucio R\$ 1.071,16; Juliano Junior Garcia R\$ 1.285,94; Marcio Aparecido Machado R\$ 399,00; Odair José da Silva R\$ 1.202,15; Paulo Lopes de Faria R\$ 1.586,45; Seramis Martin Correa R\$ 1.012,56; Valter Portela Gomes Kantarutt R\$ 1.845,63; Washington Luiz Vaz R\$ 87,11; Willian Szczepa R\$ 3.001,59. CLASSE II GARANTIA REAL: Não constam credores. CLASSE III - QUIROGRAFÁRIOS GERAIS: Associação Comercial e Empresarial de Maringá (ACIM) R\$ 60,70; Banco do Brasil S.A. R\$ 624.825,70; Caixa Econômica Federal R\$ 237.386,81; Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP R\$ 66.852,01; Itaú Unibanco S.A. R\$ 223.366,13; NAC Central Paraná Comercial de Lubrificantes Ltda R\$ 5.065,23; Sind. das Ind. Metal Mecânicas e de Mat. Eletr. de Maringá R\$ 10.059,45; Zatix Tecnologia S.A R\$ 845,40. CLASSE IV - QUIROGRAFÁRIOS ESPECIAIS - EPP / ME / EIRELI: Metalúrgica Freitas-Eireli-EPP R\$ 3.881,40. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou o MM. Juiz a expedição do presente Edital, que será fixado

e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Maringá, Estado doParaná, aos 23/05/2017. Eu (Sérgio Roberto Cabral Krauss), Escrivão, que o fiz digitar, subscrevo e assino por ordem doMM. Juiz de Direito.PORTARIA 002/2000SÉRGIO ROBERTO CABRAL KRAUSSESCRIVÃOPOR ORDEM DO MM. JUIZ(ASSINADO DIGITALMENTE)
